

Reunião Presencial – Câmara Técnica de Planejamento – CTPL

Local: Auditório DAEE (SP Águas)

Presentes: conforme lista de presença

Tema: Hierarquização dos Projetos do FEHIDRO

Principais Pontos da Reunião

1. Continuidade dos projetos

- Projetos com **continuidade** (já iniciados com recursos do FEHIDRO e que precisam ser concluídos) devem receber **pontuação adicional**, para evitar desperdício de recursos e garantir finalização.
- Foi discutida a diferença entre **continuidade real** (ex.: segunda etapa de uma obra ou plano) e **novos projetos** que apenas se apresentam como continuação.
- Exemplo levantado: obras de saneamento e tratamento de esgoto que ficaram incompletas no passado.

2. Critérios territoriais de priorização

- **Áreas de cabeceira (nascentes do Paraíba do Sul e Jaguari):** falta delimitação clara, o que gera subjetividade. Proposta: considerar o critério do município (se o projeto está em município de cabeceira, recebe ponto).
- **Bacias prioritárias:** já delimitadas e mantidas no plano, sem alterações.
- **Áreas de recarga de aquífero:** dificuldade de sobreposição com limites municipais; por ora, sugeriu-se manter o critério de município como parâmetro.

3. Critérios de análise dos projetos

- **Abastecimento público** foi reafirmado como critério fundamental.
- **Termos de Referência (TR):** hoje já existe um modelo mínimo no MPO, devendo ser seguido pelos tomadores. Projetos mal estruturados ou com justificativas frágeis devem perder pontos.
- **Valor do projeto x valor previsto no PAP:** pontuação diferenciada se o valor do projeto for adequado, menor ou maior que o definido no plano anual. Esse item não será utilizado.
- **Educação ambiental:** precisa seguir o roteiro específico previsto. Houve caso relatado de erro de enquadramento que quase levou à reprovação.

4. Histórico e desempenho dos tomadores

- **Cancelamento de projetos:** quando tomador desiste ou não cumpre requisitos (como CND), gera prejuízo. Debateu-se se deve ser registrado como **demérito/pontuação negativa** no histórico do tomador. Por fim, decidiu-se que seria aplicada a qualquer motivo de cancelamento.
- **Concluídos nos últimos 5 anos:** projetos finalizados corretamente devem render **pontuação positiva**, como incentivo à boa execução.
- **Novos tomadores:** debateu-se se deveriam ter incentivo ou não; preocupação em não punir bons novos entrantes nem privilegiar apenas os antigos. Decidiu uma pontuação mais alta para novos tomadores, como incentivo.

5. Transparência e gestão da informação

- Proposta de criar um **Drive único** para centralizar documentos, atas e gravações de reuniões das câmaras técnicas, garantindo transparência e acesso a todos os membros.
- Discussão sobre uso de **ferramentas de inteligência artificial** para elaboração automática de atas a partir das transcrições de reuniões online.

6. Pontos complementares

- Necessidade de critérios **mais objetivos** para reduzir subjetividade nas decisões.
- Discussão sobre **metas de enquadramento**: hoje já vinculadas ao PAP (curto prazo), eliminando categorias antigas de longo prazo.
- Debate sobre projetos de **mata ciliar** e dificuldades práticas em áreas urbanizadas.
- Lembrança de que a hierarquização deve equilibrar justiça, incentivo e viabilidade técnica, sabendo que nunca haverá justiça “absoluta”.